



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

1. Nome da Unidade curricular:

Integração Fiscal Negativa

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐

Horas de Trabalho: _____

Créditos ECTS: _____

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Sónia Martins Reis - 2 horas semanais – 2.º semestre

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

(N/A)

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

A unidade curricular pretende versar sobre a importância da integração fiscal negativa em sede de tributação no contexto da União Europeia, propiciando a respetiva análise jurídica e permitindo uma reflexão crítica da mesma, considerando o papel essencial que tem vindo a ser desempenhado neste âmbito pela jurisprudência do TJUE.

Pretende-se aprofundar o conhecimento jurídico-tributário no que concerne às grandes linhas da jurisprudência do TJUE em matéria de tributação direta, bem da importância desta jurisprudência enquanto forma de suprir as dificuldades do progresso da harmonização fiscal europeia.

6. Conteúdos programáticos:

I. Enquadramento geral

1. Princípios e liberdades fundamentais da UE no contexto da fiscalidade direta
2. Primado do Direito da EU e efeito direto
3. A importância da fiscalidade direta nos tratados para evitar a dupla tributação e em sede de Direito Fiscal Europeu
4. Harmonização fiscal vs. integração fiscal negativa: *quo vadis?*
5. Apreciação das questões pelo TJUE: ação por incumprimento e reenvio prejudicial
6. Importância da jurisprudência fiscal do TJUE no processo de integração europeia
7. Importância da jurisprudência do TJUE enquanto *soft law* na evolução do DFE face ao DFI

II. Análise de jurisprudência do TJUE

1. Livre circulação de trabalhadores
1.1. Enquadramento fiscal no Estado da residência / nacionalidade



- 1.2. Enquadramento fiscal no Estado da fonte
2. Liberdade de estabelecimento
 - 2.1. Enquadramento fiscal no Estado da residência
 - *Impostos de saída*
 - *Compensação de prejuízos fiscais nos grupos de sociedades*
 - 2.2. Enquadramento Fiscal no Estado da fonte
 - *Proibição da discriminação entre residentes e não residentes ao nível da determinação da base tributável*
 - *Equiparação entre sucursais e filiais*
 - *Eliminação da dupla tributação económica em estabelecimentos estáveis de não residentes*
 - *Proibição de normas anti-abuso com um tratamento diferenciado de entidades não residentes*
3. Liberdade de prestação de serviços
 - 3.1. Enquadramento fiscal no Estado da residência
 - *Proibição de isenções restritas aos rendimentos de fonte nacional*
 - *Proibição de restrições à dedutibilidade de pagamentos efetuados a entidades residentes noutros EMs*
 - 3.2. Enquadramento Fiscal no Estado da fonte
 - *Dedutibilidade de gastos por entidade não residente sem estabelecimento estável*
 - *Proibição de retenções na fonte não aplicáveis a rendimentos análogos nacionais*
4. Livre circulação de capitais e pagamentos
 - 4.1. Enquadramento fiscal no Estado da Residência
 - *Recebimento de dividendos*
 - 4.2. Enquadramento fiscal no Estado da fonte
 - *Pagamento de dividendos*
 - *Rendimentos de imóveis: prediais e mais-valias*
 - 4.3. Livre circulação de capitais em relação a países terceiros
5. Princípio da não discriminação / Restrição / Disparidades / Coesão

III. Conclusões

1. A relação entre as diferentes liberdades fundamentais e a soberania dos Estados-Membros
2. Justificações às medidas discriminatórias e às restrições
 - 2.1. Justificações aceitáveis e proporcionalidade
 - 2.2. Justificações não aceitáveis
3. Grandes linhas da evolução da jurisprudência do TJUE



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos concretizam os objetivos de aprendizagem da unidade curricular, densificando-os e permitindo o desenvolvimento da análise dos temas.

8. Metodologias de ensino:

Exposição dos conteúdos programáticos, partindo da *law in the books* para a *law in action*.

Análise, reflexão e debate crítico sobre temas centrais dos referidos conteúdos programáticos e sobre Acórdãos do TJUE em sede de tributação direta.

Participação dos mestrandos no debate dos temas programáticos, ao longo das aulas.

Participação também mediante a preparação e exposição de temas do programa, com recurso a Acórdãos do TJUE relativos a tais temas, distribuídos no início do período letivo. Segue-se o debate envolvendo os demais mestrandos.

9. Avaliação:

A avaliação assenta nos seguintes dois vectores: (i) participação em aula e apresentações orais seguidas da discussão de acórdãos do TJUE; (ii) realização de um exame escrito fiscal, em obediência ao Regulamento.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A exposição dos conteúdos programáticos pretende fornecer aos mestrandos as bases teórico-práticas fundamentais para o trabalho a ser desenvolvido na UC. A análise, a reflexão e o debate crítico sobre temas centrais dos conteúdos programáticos e sobre Acórdãos do TJUE, envolvendo a participação dos mestrandos, têm como objetivo o aprofundamento dos seus conhecimentos e capacidade crítica no que concerne aos temas da UC.

A preparação e exposição de temas pelos mestrandos permite desenvolver as suas capacidades de investigação e de reflexão sobre os temas, bem como para testar as suas aptidões.

11. Bibliografia principal:

ANA PAULA DOURADO, “Is it Acte Clair? General Report in the Role played by CILFIT in Direct Taxation”, *The Acte Clair in EC Direct Tax Law* (eds. ANA PAULA DOURADO & RICARDO), IBFD, 2008

ANA PAULA DOURADO, *Lições de Direito Fiscal Europeu*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010

BEN TERRA / PETER WATTEL, *European Tax Law*, 6ª ed., Wolters Kluwer, The Netherlands, 2012

JOÃO SÉRGIO RIBEIRO, *Direito Fiscal da União Europeia: Tributação Direta*, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2019

JOÃO FÉLIX NOGUEIRA, *Direito Fiscal Europeu – O Paradigma da Proporcionalidade*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010

JOÃO FÉLIX NOGUEIRA, *Direito Fiscal Europeu*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010

JOÃO RICARDO CATARINO / PAULA ROSADO PEREIRA (Coord,s), *Fiscalidade Internacional – Questões Atuais*, Almedina, Coimbra, 2023



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

JULIANE KOKOTT, *EU Tax Law*, Beck, 2022

JOSÉ MANUEL CALDERÓN CARRERO / ADOLFO J. MARTÍN JIMÉNEZ, *Derecho Tributario de la Unión Europea*, Wolters Kluwer, Madrid, 2019

PAULA ROSADO PEREIRA, *Princípios do Direito Fiscal Internacional – Do Paradigma Clássico ao Direito Fiscal Europeu*, Almedina, Coimbra, 2010

SÓNIA MARTINS REIS, “Do “Novo” Conceito de Residente Não Habitual limitado ao Efeito *Brain Drain*: *Back to Basics?*”, in Ana Paula Dourado / Nazaré da Costa Cabral (Coord.), *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira*, Volume I, AAFDL Editora, 2025, pp. 771-796

12. Observações:

No decurso das aulas, para além da bibliografia principal serão indicados outros elementos estudados, nomeadamente acórdãos, entre outros materiais disponíveis online.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular Unit Sheet

Course of Master's Degree in Law and Legal Practice

1. Curricular Unit Name:

Fiscal Negative Integration

2. Complementary Information:

Duration: Semester X Annual ☐

Work hours: _____

Credits ECTS: _____

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Sónia Martins Reis – 2 hours per week – 2nd semester

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

N/A

5. Learning outcomes of the curricular unit:



This course module aims to explore the importance of negative tax integration in the context of taxation within the European Union, facilitating a legal analysis of the subject and enabling critical reflection on it, taking into account the essential role that the case law of the CJEU has been playing in this area. The aim is to deepen students' knowledge of tax law with regard to the main strands of the CJEU's case law on direct taxation, as well as the importance of this case law in overcoming the difficulties hindering progress towards European tax harmonization.

6. Syllabus:

I. Introduction

1. Fundamental principles and freedoms of the EU in the context of direct taxation
2. The primacy of EU law and direct effect
3. The importance of direct taxation in the Treaties for the avoidance of double taxation and within the framework of European tax law
4. Tax harmonisation versus negative tax integration: quo vadis?
5. Examination of cases by the CJEU: infringement proceedings and preliminary rulings
6. The importance of the CJEU's tax case law in the process of European integration
7. The importance of the CJEU's case law as 'soft law' in the development of European tax law in relation to EU law

II. Analysis of CJEU case law

1. Free movement of workers
 - 1.1. Tax status in the State of residence / nationality
 - 1.2. Tax framework in the source country
2. Freedom of establishment
 - 2.1. Tax framework in the country of residence
 - Exit taxes
 - Offsetting tax losses within corporate groups
 - 2.2. Tax framework in the source country
 - Prohibition of discrimination between residents and non-residents in determining the tax base
 - Equal treatment of branches and subsidiaries
 - Elimination of economic double taxation in respect of non-residents' permanent establishments
 - Prohibition of anti-abuse rules that provide differential treatment for non-resident entities
3. Freedom to provide services
 - 3.1. Tax framework in the State of residence
 - Prohibition on exemptions restricted to income from domestic sources
 - Prohibition on restrictions on the deductibility of payments made to entities resident in other Member States
 - 3.2. Tax framework in the source State
 - Deductibility of expenses incurred by a non-resident entity without a permanent establishment
 - Prohibition on withholding tax not applicable to similar domestic income
4. Free movement of capital and payments
 - 4.1. Tax regime in the State of Residence
 - Receipt of dividends
 - 4.2. Tax regime in the source State
 - Payment of dividends
 - Income from property: rental income and capital gains



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 4.3. Free movement of capital in relation to third countries
- 5. Principle of non-discrimination / Restrictions / Disparities / Cohesion

III. Conclusions

- 1. The relationship between the various fundamental freedoms and the sovereignty of Member States
- 2. Justifications for discriminatory measures and restrictions
 - 2.1. Acceptable justifications and proportionality
 - 2.2. Unacceptable justifications
- 3. Main trends in the development of CJEU case-law

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The syllabus details the learning objectives of the course module, elaborating on them and enabling students to analyse the topics in greater depth.

8. Teaching methodologies (including evaluation):

Presentation of the syllabus content, moving from 'law in the books' to 'law in action'.
Analysis, reflection and critical debate on key topics within the syllabus and on CJEU judgments relating to direct taxation.
Participation by the Master's students in the discussion of the syllabus topics throughout the lectures.
Participation also involves the preparation and presentation of topics from the syllabus, drawing on CJEU judgments relating to those topics, which are distributed at the start of the academic term. This is followed by a discussion involving all of the other Master's students.

9. Evaluation:

Assessment is based on the following two components: (i) class participation and oral presentations followed by a discussion of CJEU judgments; (ii) a written tax examination, in accordance with the Regulations.

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The presentation of the syllabus aims to provide Master's students with the fundamental theoretical and practical foundations for the work to be carried out in this course unit. Analysis, reflection and critical debate on key topics within the syllabus and on judgments of the Court of Justice of the European Union (CJEU), involving the participation of the Master's students, are intended to deepen their knowledge and critical thinking skills in relation to the topics covered in this course unit.
The preparation and presentation of topics by the Master's students enables them to develop their research and critical thinking skills on these topics, as well as to test their abilities

11: Main Bibliography:

ANA PAULA DOURADO, "Is it Acte Clair? General Report in the Role played by CILFIT in Direct Taxation", *The Acte Clair in EC Direct Tax Law* (eds. ANA PAULA DOURADO & RICARDO), IBFD, 2008

ANA PAULA DOURADO, *Lições de Direito Fiscal Europeu*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

BEN TERRA / PETER WATTEL, *European Tax Law*, 6^a ed., Wolters Kluwer, The Netherlands, 2012

JOÃO SÉRGIO RIBEIRO, *Direito Fiscal da União Europeia: Tributação Direta*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2019

JOÃO FÉLIX NOGUEIRA, *Direito Fiscal Europeu – O Paradigma da Proporcionalidade*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010

JOÃO FÉLIX NOGUEIRA, *Direito Fiscal Europeu*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010

JOÃO RICARDO CATARINO / PAULA ROSADO PEREIRA (Coord,s), *Fiscalidade Internacional – Questões Atuais*, Almedina, Coimbra, 2023

JULIANE KOKOTT, *EU Tax Law*, Beck, 2022

JOSÉ MANUEL CALDERÓN CARRERO / ADOLFO J. MARTÍN JIMÉNEZ, *Derecho Tributario de la Unión Europea*, Wolters Kluwer, Madrid, 2019

PAULA ROSADO PEREIRA, *Princípios do Direito Fiscal Internacional – Do Paradigma Clássico ao Direito Fiscal Europeu*, Almedina, Coimbra, 2010

SÓNIA MARTINS REIS, “Do “Novo” Conceito de Residente Não Habitual limitado ao Efeito *Brain Drain*: Back to Basics?”, in Ana Paula Dourado / Nazaré da Costa Cabral (Coord.), *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira*, Volume I, AAFDL Editora, 2025, pp. 771-796

12: Remarks:

During the course, in addition to the main reading list, other study materials will be recommended, including court rulings and other resources available online.

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.